



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

ANEXO V MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2024

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.101.821/0001-01, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, centro, na cidade Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, CEP 85845-000, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal **Ahmad Issa**, portador do CPF nº 444.766.809-25 e RG 3036412-0 SESP/PR, residente na Rua Arnaldo Busato, na cidade de Vera Cruz do Oeste, estado do Paraná, CEP 85845-000, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa _____, CNPJ _____, com sede à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado do _____, CEP _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF _____, RG _____, residente e domiciliado(a) à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado do _____, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a **Contratação de empresa para melhorias da estrutura do Parque Ambiental Prefeito Nelson Tute Thomazinho, melhorias na Praça da Bíblia e ciclofaixas em diversas ruas da cidade.**

1.2 – A obra deverá ser executada em conformidade com os projetos, planilha, memorial descritivo, memorial de cálculo e cronograma físico-financeiro, os quais são anexos que integram o edital que originou neste contrato.

1.2.1 – O regime de execução será menor preço global.

1.3 – A CONTRATADA deverá deixar o local limpo e livre de entulhos decorrentes dos serviços.

1.4 – A CONTRATADA deverá apresentar ART/CREA/CAU recolhida antes do início dos trabalhos/obra.

1.5 – A CONTRATADA deverá efetuar a inscrição da obra junto ao INSS e fornecer o material necessário para a obra.

1.7 – Para emissão da ORDEM DE SERVIÇO a empresa deverá apresentar o comprovante de inscrição da obra junto ao INSS e ART.

2 – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 O valor para a execução do Objeto deste contrato é de R\$ _____

2.2 A despesa da presente Licitação ocorrerá à conta das seguintes dotações:

DOTAÇÃO	DESPESA	FONTE
08.001.15.451.0004.1085	4.4.90.51.00	0000
08.001.15.451.0004.1085	4.4.90.51.00	1072

3 – DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E CORREÇÃO MONETÁRIA



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

3.1 - As parcelas serão repassadas ao contratado após constatada a execução dos serviços previstos nos meses correspondentes ao cronograma físico-financeiro, mediante vistoria e medição realizada por fiscal do município, e posteriormente será autorizada a emissão da nota fiscal.

3.2 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para conta bancária em nome da Pessoa Jurídica contratada, no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias** contados da apresentação da Nota Fiscal com o atesto do responsável pelo recebimento dos serviços.

3.2.1 - Na nota fiscal deverá constar número de agência bancária e conta corrente para depósito ou chave pix para transferência, vinculada ao CNPJ, conforme instrução normativa 089/13 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – art. 9.

3.3 – A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, INSS, TRABALHISTA, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) negativas ou positivas com efeito de negativas, válidas para o pagamento.

3.4 A Contratada deverá apresentar documento comprobatório de regularidade trabalhista e previdenciária da obra.

3.4.1 Caso não seja comprovado o pagamento regular dos encargos previdenciários referentes à obra, a Administração Municipal estará autorizada a quitar diretamente a dívida perante o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), deduzindo o valor correspondente da contraprestação à empresa contratada.

3.5 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspenso até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

3.6 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada de acordo com a variação “prorata tempore” do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado.

3.7 – Para o contrato oriundo deste Edital, deverão ser aplicadas as disposições do art. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021, em relação às alterações contratuais.

4 DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 A vigência do contrato será de 18 (dezoito) meses a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser aditivado de acordo com a legislação vigente.

4.2 – O prazo de execução da obra será de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro anexo, ou seja, no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço.

5 DO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA

5.1 – A obra em questão será executada na PR-488 - Prolongamento da Avenida Pedro Álvares Cabral; Avenida Antônio Vilas Boas, esquina com rua Rui Barbosa, quadra 30 e Ciclovia em diversas ruas da cidade.

5.2 A área total de intervenção do empreendimento é de acordo com as ARTs anexas ao edital de onde originou este contrato.

6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

6.1.1 - A obra deverá ser executada, criteriosamente, em conformidade com os projetos, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, quadro de composição de investimento (QCI) e cronograma físico-financeiro, especificações estas fornecidas pelo município as quais estão anexos e integram o edital, e demais normas pertinentes que se apliquem ao caso.

6.1.2 – A contratada deverá seguir o estipulado no cronograma físico-financeiro, ou seja,



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

executar primeiramente todas as intervenções no Lago Municipal Prefeito Nelson Tute Tomazinho, começando pelas intervenções *iluminação do lago municipal* seguida das *Melhorias do parque ambiental*. Com essas etapas finalizadas, deverão seguir o cronograma realizando as melhorias na praça da bíblia, e por último as ciclovias pela cidade.

1.1.1 Caso a empresa tenha equipe para executar mais de um item/etapa do orçamento e cronograma ao mesmo tempo sem que os prazos sejam prejudicados, deverá ser repassado à equipe de engenharia a nova ordem de execução, para análise e aprovação.

6.1.3 Os serviços deverão ser iniciados a partir da emissão da ordem de serviço pelo Departamento de Engenharia deste Município, e deverão ser entregues no período estipulado no cronograma global.

6.1.4 - Os serviços de execução serão sempre inspecionados pelo setor de engenharia do município e, caso não forem aprovados pelo engenheiro responsável, deverão ser refeitos e concluídos até o prazo máximo da vigência do contrato. O engenheiro responsável pela inspeção dos serviços realizados deverá preencher o Termo Circunstanciado, sempre que realizar as medições da obra.

6.1.5 A contratada deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, tela e dentre outros meios com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

6.1.6 A contratada deverá usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.

6.1.7 Caberá à contratada o fornecimento e manutenção de “Diário de obras”, devidamente numerado e rubricado diariamente pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO da CONTRATADA, que deverá ser entregue a fiscalização municipal antes de qualquer pagamento.

6.1.8 A contratada deverá disponibilizar responsável técnico para acompanhamento da obra, o qual deverá acompanhar semanalmente no local de sua execução, por período igual ou superior a 01 (uma) hora diária.

6.1.8.1 Esse responsável deverá emitir a Anotação de sua Responsabilidade Técnica referente à obra, no Conselho Regional, em até 02 (dois) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato e entregar as vias à contratante devidamente assinadas.

6.1.9 – Os Serviços deverão ser executados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho, onde deverá ser previsto: equipamentos de Proteção Individuais-EPI; andaimes com guarda-corpo; uniforme e crachás para os funcionários e demais despesas com segurança.

6.1.10 A CONTRATADA será responsabilizada por danos pessoais ou materiais havidos em consequência de erros, falhas ou negligências, por ação ou omissão no cumprimento dos regulamentos e determinações relativas à segurança em geral.

6.1.11 A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar funcionamento perfeito em todas as suas instalações, equipamentos e aparelhos;

6.1.12 Todo o entulho deverá ser removido pela contratada, fazendo a limpeza constante das áreas trafegadas e disposição de caçamba coletora de entulho;

6.1.13 A obra deverá ser limpa constantemente de forma a manter o ambiente de trabalho dos funcionários e servidores em condições normais de utilização.

6.1.14 Além dos equipamentos, maquinário e ferramentas necessários à execução da obra, a contratada deverá fornecer todos os materiais previstos nos projetos executivos, anexos a este edital, observando a descrição desses e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados pela equipe técnica na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e no memorial descritivo de cada etapa do projeto.

6.1.15 A contratada se responsabilizará também pela gestão dos insumos, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

6.1.16 A não execução do objeto no prazo estabelecido implicará nas sanções e penalidades



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

previstas neste contrato, no edital e nas cabíveis previstas na Lei nº 14.133/21.

6.2 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, em até 3 (três) dias úteis contados da entrega efetiva, pelo departamento de engenharia do município e pelo fiscal da obra para que o(a) mesmo(a) verifique a conformidade dos serviços às especificações constantes nos projetos e demais anexos do edital.

6.2.2 – O recebimento definitivo, em até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento provisório, ocorrerá mediante atesto na Nota Fiscal do servidor e/ou comissão de recebimento de bens e serviços mencionados acima, bem como do fiscal da obra, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados.

6.2.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste contrato.

6.2.4 Na hipótese de constatação de irregularidades ou inconformidade que comprometam a aceitação dos serviços, estes serão rejeitados em todo ou em parte, devendo a contratada refazê-lo(s), sem qualquer ônus para a CONTRATANTE sob pena de aplicações das penalidades previstas na legislação.

6.2.5 Caso atrase ou se recuse a refazer os serviços, a contratada estará sujeita a sanções administrativas, sendo que o serviço refeito passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega;

6.2.6 - O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na entrega dos serviços ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.2.7 - Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade do serviço, obrigando-se a refazer aquele que apresentar defeito e/ou qualquer irregularidade.

7 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e fiscal da obra, ou por seus substitutos de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 6.602/2023.

7.3 Não obstante o fato de as empresas serem as únicas responsáveis pelo fornecimento dos itens, a Administração, através do responsável técnico, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização aos referidos itens.

7.4 A fim de alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, serão realizados acompanhamento e fiscalização dos serviços, de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/21.

7.5 Ficará o servidor efetivo e engenheiro civil Savio de Melo Santos, nomeado como responsável pelo processo de fiscalização e acompanhamento da obra, bem como esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

7.6 Fica a critério de a fiscalização impugnar qualquer unidade construtiva que não obedeça às condições impostas, bem como, intervir a qualquer momento na execução dos serviços que julgue estarem sendo executados de maneira inconveniente com o projeto e com as normas de segurança ou que venham a comprometer a qualidade da obra.

7.7 A execução dos serviços será acompanhada e obrigatoriamente fiscalizada na figura do Fiscal da Obra, ao qual incumbirá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados. O recebimento, aceitação e atestado dos serviços decorrerão necessariamente de verificação efetiva de sua execução.

7.8 Fica o Departamento de Engenharia do município responsável pela fiscalização da obra podendo paralisar a qualquer momento os serviços que não obedecerem às especificações mínimas de projeto.

7.9 A presença da fiscalização designada pela contratante na obra não diminuirá a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução dos trabalhos.

7.10 A fiscalização, ao considerar concluída a obra, comunicará o fato ao coordenador do contrato, para as providências cabíveis.

7.11 A CONTRATADA deverá manter na obra um projeto completo, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização, bem como o Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual diariamente deverá ser preenchido pelo encarregado da contratada e rubricado pela fiscalização.

7.12 - Constituem atribuições do **FISCAL DO CONTRATO**, dentre outras, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 6.602/2023:

7.12.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

7.12.2 – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.12.3 examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

7.12.4 - Atuar, tempestivamente, na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.12.5 - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 16 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

7.12.6 - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 16 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

7.12.7 - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12.8 - Fica designado como Fiscal de Contrato o servidor Pablo Felipe Hubner de Araújo conforme Portaria nº 5.120/2023.

7.13 Fica designado como fiscal da obra o engenheiro civil Savio de Melo dos Santos, conforme Portaria nº 5.442/2024.

7.14 - Constituem atribuições do **GESTOR DO CONTRATO**, dentre outras, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 6.602/2023:

7.14.1 - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do § 7º do art. 14 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

7.14.2 - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, registrando em relatório os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

7.14.3 coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

7.14.4 coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos previstos no inciso I do § 7º do art. 14 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

7.14.5 elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

7.14.6 coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

7.14.7 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e às eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

7.14.8 realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, quando não for designada comissão de recebimento; e

7.14.9 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7.14.10 Fica designado como gestor do contrato o Sr. Itacir Lira, conforme Decreto nº 5.627/2021.

8 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - Além da execução dos serviços previstos como contrapartida física, serão ainda responsabilidades da **CONTRATANTE**:

8.2.1 Exigir o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

8.2.2 Manter, desde o início dos serviços e obras até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos;

8.2.3 – Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços;

8.2.4 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução dos serviços e do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste contrato, no edital e na Lei 14.133/21.

8.2.5 - Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro;

8.2.6 - Proceder às medições mensais dos serviços efetivamente executados;

8.2.7 - Efetuar os pagamentos das faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada com base nas medições de serviços aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato, ou seja, que forem regularmente liquidadas;

8.2.8 - Pagar à contratada o valor resultante da prestação de serviço no prazo estabelecido;

8.2.9 - Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas;

8.2.10 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal.

8.2.11 - Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação da contratada, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

8.2.12 - Solicitar a prorrogação do prazo de vigência contratual, se for o caso, manifestando acerca da necessidade e da qualidade de execução do contrato;

8.2.13 - Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas neste contrato e no edital;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

- 8.2.14** - Paralisar a execução do contrato diante de graves descumprimentos pela contratada ou riscos para a Administração;
- 8.2.15** - Sugerir as pertinentes aplicações de penalidades, descrevendo claramente a penalidade cabível em cada caso encaminhando posteriormente ao Setor de Gestão de Contratos.
- 8.3** - São obrigações da **CONTRATADA**:
- 8.3.1** Certificar-se preliminarmente de todas as condições exigidas neste edital e seus anexos, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 8.3.2** Executar os serviços e obras em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como com as informações e instruções emanadas pela fiscalização da contratante;
- 8.3.3** Assumir sob sua responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas ou quaisquer ônus fiscais de origem federal, estadual ou municipal bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, decorrentes da execução da obra e serviço prestado.
- 8.3.4** - Apresentar a respectiva Nota Fiscal contendo em seu corpo a descrição dos serviços e respectivos valores, bem como conta vinculada ao CNPJ para efetuar o pagamento.
- 8.3.5** Providenciar imediata correção/reparo de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE, referentes às condições firmadas neste contrato e nas descritas no edital.
- 8.3.6** - Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, leis ambientais, normas técnicas regulamentadoras, de acordo com a Legislação vigente.
- 8.3.7** Informar aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.
- 8.3.8** Fornecer aos empregados, gratuitamente em perfeito estado de conservação e funcionamento, equipamentos de proteção individual adequado ao risco envolvido.
- 8.3.9** Comunicar, imediatamente e por escrito, à Administração Municipal qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, bem como, qualquer fato que possa implicar no atraso da prestação dos serviços, ou anormalidade que venha interferir na entrega/fornecimento dos mesmos.
- 8.3.10** Atender com prontidão as reclamações por parte da contratante relacionados com o objeto contratado;
- 8.3.11** Em nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- 8.3.12** - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará na aplicação das medidas cabíveis.
- 8.3.13** Realizar o transporte de material residual para bota fora, não devendo esta deixar o local com qualquer resíduo de material utilizado durante a execução dos serviços;
- 8.3.14** Realizar os serviços do presente objeto, de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência;
- 8.3.15** Manter, durante a execução da obra, em local adequado, caçamba, para recolhimento diário dos entulhos provenientes da obra;
- 8.3.16** Manter seus empregados identificados, uniformizados e com equipamentos de proteção individual – EPI quando em trabalho, devendo substituir qualquer um deles que demonstre ser inconveniente à boa ordem dos serviços.
- 8.3.17** Providenciar, por conta própria, toda sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- 8.3.18** Possuir acompanhamento da execução da obra pelo Engenheiro Responsável Técnico da empresa;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

8.3.19 Registrar diariamente, no Diário de Obras, os serviços executados e em andamento, entrada e saída de equipamentos, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas.

8.3.20 Estudar todos os elementos de projeto de forma minuciosa, antes e durante a execução dos serviços e obras, devendo informar à Fiscalização sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada;

8.3.21 Providenciar, quando se aplicar, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto, como água, esgotos, gás, energia elétrica e telefones;

8.3.22 Fornecer tudo o que for necessário para a execução da obra, tais como equipamentos, maquinários, ferramentas e materiais previstos nos projetos executivos, observando a descrição destes e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados pela equipe técnica na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e no memorial descritivo de cada etapa do projeto.

8.3.23 Responsabilizar-se pela gestão dos insumos, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

8.3.24 É de responsabilidade da CONTRATADA requerer o laudo de recebimento provisório e definitivo da obra.

9 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 - O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133/2021:

9.1.1 - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, inclusive em caso de aditivos para prorrogação de vigência;

9.1.2 - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

9.2 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.3 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.4 Será exigido da contratada prestação de garantia no valor correspondente a de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme estipulado no art. 98 da Lei Federal 14.133/2021

9.5 - Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

9.5.1 - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

9.5.2 - Seguro-garantia;

9.5.3 - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.5.4 - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total

9.6 – No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

9.7 A apólice do seguro garantia deverá ser protocolado no Departamento de Licitações em até 5 (cinco) dias, ou enviado para o endereço eletrônico licitacao@veracruz.pr.gov.br.

9.8 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art.100 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

10 - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

10.1 – Os serviços deverão ser executados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho. Onde deverá ser previsto: equipamentos de Proteção Individuais-EPI; andaimes com guarda-corpo; uniforme e crachás para os funcionários;

10.2 É de responsabilidade da contratada cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, informando aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.

10.3 A contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI e equipamento de proteção coletiva - EPC, quando for cabível.

10.4 - A contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso de EPIs, bem como fornecer os equipamentos necessários de proteção individual gratuitamente, fiscalizando seu uso e exigindo a utilização correta dos mesmos.

10.5 - A contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento das Leis e Normas Regulamentares vigentes.

10.6 - A contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

10.7 A CONTRATADA deverá manter em todos os locais de serviços, um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente naqueles localizados em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 – A contratada será responsável por executar todos os serviços previstos em projeto, memoriais e orçamento. Pelo porte da obra, será permitido subcontratar serviços de paisagismo e pintura, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, ou seja, 25% do valor máximo da contratação.

11.1.1 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

11.2 – Caso a contratada optar pela subcontratação mencionada no item 11.1, a subcontratada deverá estar habilitada nos mesmos termos e condições da proponente vencedora inclusive quanto ao impedimento de licitar, não sendo necessária habilitação técnica devido a pouca complexidade dos serviços autorizados para subcontratação.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/21, nas seguintes situações, dentre outras:

12.2 Aplicação de multa:

12.2.1 - A multa poderá ser aplicada em conjunto com todas as demais sanções, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.3 - Aplicação de advertência acrescida de multa:

12.3.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não ser justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4 - Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:

12.4.1 – Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos:



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

12.4.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.4.1.2 dar causa à inexecução total do contrato;

12.4.1.3 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.4.1.4 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.4.1.5 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.4.1.6 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.5 - Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:

12.5.1 – Quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

12.5.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.5.1.2 - Dar causa à inexecução total do contrato;

12.5.1.3 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.5.1.4 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.5.1.5 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.5.1.6 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.5.1.7 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.5.1.8 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.5.1.9 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.5.1.10 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.1.11 - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.6 - Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013.

12.7 - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná, conforme art. 161 da Lei 14.133/21.

12.8 - As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

13 DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Conforme o código penal **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940** constitui crime:

13.1.1 Frustração do caráter competitivo de licitação

[Art. 337-E](#). Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

13.1.2 Perturbação de processo licitatório



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

13.1.3 - Fraude em licitação ou contrato

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;

III - entrega de uma mercadoria por outra;

IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;

V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

14 - DO REAJUSTAMENTO

14.1 - Os preços licitados permanecerão fixos e irreajustáveis. Por se tratar de reforma, caso haja imprevistos e a necessidade de aditivo, ficará a cargo da equipe técnica municipal a decisão do mesmo.

14.2 No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto no artigo 184, 184-A e 184-B do Decreto Municipal nº 6.602/2023.

14.3 - A contratada poderá, desde que justificada a necessidade, protocolar pedido de revisão dos valores nos casos enquadrados no art. 124, II, "d", da Lei nº. 14.133, de 2021, sendo que os valores que decorrerem de inflação ou área econômica normal, com encargos previsíveis e suportáveis, assim como acontecimentos que não interfiram no equilíbrio econômico-financeiro, não serão considerados.

14.4 - O requerimento deverá ser devidamente instruído com provas do efetivo aumento dos preços dos produtos e serviços, e protocolado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal e/ou mediante envio de e-mail para o setor de licitações através do endereço: licitacao@veracruz.pr.gov.br

14.5 - O requerimento será analisado pela Administração Municipal e enquanto não formulado ou não analisado o pedido, a empresa contratada deverá manter o regular fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, sob pena de incidir nas penalidades de inadimplemento.

14.6 - Os valores devidos somente serão repassados após devolução do termo aditivo assinado e de sua publicação, salvo nos casos em que a alteração se dê por simples apostilamento.

15 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste - PR o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.2 - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

15.3 - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende, dando ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar a contratada pela Administração, porém, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.5 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei nº. 14.133, de 2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

produzidos.

15.5.1 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

15.6 - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

15.7 - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.8 - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Vera Cruz do Oeste - PR.

16 – EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 - O contrato poderá ser extinto caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137, 138 e 139 da Lei n.º 14.133/21.

16.2 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17 DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

17.1 - O Município realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

17.2 - O Município fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.

17.3 - As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

17.4 - As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

17.5 - As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

18.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste contrato.

18.3 A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto do presente contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o Município de Vera Cruz do Oeste de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

18.4 Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com frete, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos e despesas necessários ao fornecimento e entrega do objeto licitado no Município de Vera Cruz do Oeste, sendo que a contratada será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

18.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

19 – DO FORO

19.1 - Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Matelândia - PR, excluído qualquer outro.

Vera Cruz do Oeste - PR, XX/xx/xxxx.

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Contratante

Contratada

Pregoeira(o)